

## IGREJAS SEM RELIGIÃO, RELIGIÃO SEM IGREJAS?<sup>1</sup>

CHURCHES WITHOUT RELIGION, RELIGION WITHOUT CHURCHES?

Gianni Vattimo<sup>(\*)</sup>

A relação *religião-mundo* é “configurada” amplamente pelo Cristianismo, mesmo fora do Ocidente. Missões, imperialismo, pretensão de universalidade e de exclusividade: estes elementos específicos cristãos determinam também posições de outras religiões que travaram contato conosco. No mundo cristão ocidental, o paradoxo: cresce o interesse religioso, diminui a credibilidade dos dogmas e, assim, por consequência, também as disciplinas eclesásticas. Papas sempre menos críveis (o preservativo e a Aids, o envolvimento político, a teologia empobrecida). A Igreja pede desculpas a Galileu, a Lutero etc. O Vaticano como único Estado não-democrático da modernidade. Credibilidade reduzida pela globalização. O Papa e o Dalai Lama.

Não é mais o tempo de Missões para o Cristianismo, universalismo desmentido por diversos imperialismos. E quanto às ciências positivas: não mais cinco vias, um “Deus pessoal”. Não é histórica a narrativa do *Genesis*, talvez nem mesmo a da ressurreição. O Cristianismo não é anúncio de uma verdade fática – como Deus é, como é o mundo, a natureza, etc –, mas o anúncio de uma mensagem de salvação para as almas (quer esta seja pensada no “além” ou no “aquém”). Isto – levando em consideração também São Paulo aos Coríntios (Primeira Carta) sobre a caridade como aquilo que resta –, quer dizer que hoje os cristãos são chamados a dissolver dogmatismos e autoritarismos em favor de uma atenção caridosa a todos.

---

(\*) Professor de Filosofia da Universidade de Turim, Itália (*Università degli Studi di Torino, UNITO*), e Deputado do Parlamento Europeu. É diretor da *Rivista di estetica*, membro de comissões científicas de vários periódicos italianos e estrangeiros e sócio-correspondente da Academia de Ciências de Turim. Escreve para o semanário *L'Espresso*, para o diário *La Repubblica* e sobretudo para *La Stampa*, onde produz editoriais com reflexões críticas sobre política e cultura.

<sup>1</sup> Texto apresentado como uma das conferências principais do III Congresso Brasileiro de Filosofia da Religião, realizado na Universidade de Brasília entre 2 e 5 de outubro de 2009. Tradução do original em italiano feita por Dennys Garcia Xavier.

Proponho partir de uma constatação sobre a qual talvez estejamos todos de acordo: em tantas formas diversas – das multidões que se reúnem para encontrar o Papa romano nas suas viagens pelo mundo, passando pelos fenômenos *new age*, chegando aos “tele-pregadores” ou aos vendedores de amuletos e outros artigos mágicos – há no mundo crescente interesse pelo transcendente. Pode ser que falar de “crescente” seja exagerado, visto que poderia tratar-se apenas do fato que tais fenômenos – como outros de tipo diverso (penso em certas formas de perversão sexual que sempre existiram, como a pedofilia) – tornaram-se objeto de comunicação de massa e conquistaram, assim, apenas recentemente aquela forma de “existência” que parece, afinal, a única disponível: a da visibilidade midiática.

Acompanham este retorno do interesse religioso, em sentido lato, nas diversas realidades locais, manifestações específicas de presença da religião na sociedade. Devo confessar aqui que o meu discurso é necessariamente *eurocêntrico* e, vale dizer, frequentemente *italo-cêntrico*. Por isso, no título deste ensaio aparece a palavra “Igreja”, que não sei se seria aplicável fora do âmbito das confissões cristãs e que já cria problemas se a estendemos às três grandes religiões do Ocidente. Então, direi que enquanto o fenômeno geral da “retomada” – se e na medida em que é tal – do interesse religioso tem um caráter mais geral e compreende pelo menos o mundo cristão, judaico, mussulmano (além do budismo e, talvez, também além), a questão da presença da religião na sociedade se coloca, para mim, sobretudo em relação ao vínculo das Igrejas com as várias sociedades do Ocidente assim denominado cristão. Trata-se de uma limitação da qual tenho consciência, mas que assumo como um ponto de partida não necessariamente fechado: quero dizer que, na atual situação do mundo globalizado e *ocidentalizado*, o que acontece com a presença da religião na sociedade ocidental tem um significado emblemático, também para as outras sociedades com as quais o Ocidente está em contato e, frequentemente, em conflito. Não só um significado emblemático, diga-se. Não é que isto que acontece com as Igrejas cristãs funcione como um modelo ou como um exemplo para o judaísmo ou para o Islã. O ponto é que a relação das Igrejas cristãs com o poder político tem, de fato, determinado muito do destino “político” das outras grandes religiões do Ocidente e, talvez, não só delas. O poder da Igreja cristã sobre os Estados do Ocidente determinou amplamente a perseguição sofrida por séculos pelos judeus; e, no que diz respeito ao Islã, é sobremaneira óbvio que, ao menos atualmente, a orientação política de grande parte do mundo mussulma-

no que se apresenta como uma “ameaça” ao Ocidente cristão depende da longa prática de ativo suporte “missionário” ao colonialismo europeu própria das Igrejas cristãs, especialmente da Católica, no curso da idade moderna.

Ora, se considero o ressurgimento “religioso”, como se apresenta no Ocidente, noto, de imediato, um paradoxo: enquanto cresce – admito, também por influência da *media* –, a presença dos temas religiosos na discussão pública, a teologia, como tal, parece sempre mais pobre de obras e novidades relevantes; por outro lado – mas, creio que em conexão com esse fato –, diminui o interesse pelos dogmas e pelos conteúdos tradicionalmente centrais da doutrina das Igrejas. Existe hoje um debate sobre o livre-arbítrio e a predestinação comparável àquele dos séculos da revolução protestante? Tem algum sentido, para a religião “difusa” a questão da unidade e trindade de Deus? E assim por diante. Certo, há temas ainda muito “quentes” que dizem respeito ao Cristianismo nas suas várias confissões, como, por exemplo, o problema da unidade ou diferença entre o Jesus histórico e o Cristo da fé. Aliás, eu diria que este é o verdadeiro e próprio núcleo do pouco de “teologia” que circula no pensamento de hoje; junto ao radical problema, mais filosófico que teológico, da existência mesma de (um) Deus. Também neste terreno os paradoxos se multiplicam. Na sua maioria, também os crentes mais ortodoxos renunciaram, hoje em dia, às cinco vias de São Tomás: no máximo, consideram possível “comprovar” Deus a partir da própria experiência religiosa, destacando que sem esta referência transcendente a vida individual e mesmo a história não teriam sentido. Aqui se encontra o significado da contínua polêmica do Papa contra o “nihilismo”. Mas também esta não é considerada uma verdadeira “demonstração”, tanto que os únicos que realmente acreditam poder argumentar racionalmente sobre Deus são aqueles que procuram demonstrar a sua não-existência (Dworkin, Hitchens), sem, entretanto, abalar minimamente a fé dos crentes que – mas isto remonta ao menos a Kant e, antes, a Pascal – não pensam em Deus como um objeto de discurso e prova racionais. Em suma, parece verossímil que os demonstradores ateus da não-existência de Deus não pensem, nem mesmo eles, em “converter” quem crê ao ateísmo. O seu trabalho consiste antes em reivindicar a validade da razão científica contra aquela que parece uma superstição. Mas se preocupam com esta superstição não por puro amor à verdade. Lutam contra ela porque vêem nela um fator de atraso social e cultural que tem efeitos visíveis e frequentemente muito relevantes: por exemplo, no comércio de poções mágicas (o elixir do amor?), na exploração comercial dos lugares

“milagrosos” (de Lourdes e Fátima a Medjugorie), até a pretensão das Igrejas de condicionar a vida social e política de países nos quais ainda gozam de certa autoridade.

Tudo isto, parece-me, pode ser resumido em uma constatação, que vale, especialmente, como já disse, para a Itália e para o Ocidente, mas que, talvez, possa ser aplicada em geral: muito do que se discute hoje sobre a presença da religião nos assuntos de interesse público é uma questão de poder. Elenco aqui, desordenadamente, os elementos que me induzem a tal hipótese e que deveriam mostrar como a questão da religião – da exigência de uma referência transcendente para a existência individual e social – deve ser distinta da questão do poder das Igrejas na sociedade. Já afirmei que todos (ou quase) que se dispõem a demonstrar que Deus não existe – e que, portanto, a religiosidade é uma superstição a ser destruída – o fazem porque consideram o poder das Igrejas um entrave ao progresso social e à construção de um mundo mais justo. Nenhum deles, para dizê-lo de modo simples, tem nada contra Jesus Cristo ou mesmo contra a simples crença em uma divindade que premia os bons e pune os maus. O que parece sempre mais intolerável é que exista uma autoridade terrena que comande e proíba em nome de tal divindade. Trata-se, obviamente, de uma simplificação excessiva, mas espelha a história da polêmica anti-religiosa no Ocidente, ao menos a partir do Iluminismo e, antes, da Reforma protestante. Se hoje, entretanto, esta identificação da questão da religião com a questão do poder tornou-se particularmente visível, é porque no mundo globalizado no qual vivemos torna-se sempre mais inverossímil que a salvação seja monopólio de uma única confissão religiosa. Ninguém, afinal de contas, nem mesmo a hierarquia católica, leva a sério a máxima *extra ecclesiam nulla salus*. O Papa encontra o Dalai Lama, oram juntos e, óbvio, o primeiro não pensa de ter a seu lado um candidato certo à danação porque não convertido. Um texto que me impressionou muito foi o primeiro volume, que li recentemente, da autobiografia de Hans Kueng: com excessão das páginas, densas e fascinantes, em que repercorre os seus estudos sobre Barth, todo o resto do livro de Kueng é a história de uma grande *corporation* que trata de problemas de poder, e, de religioso, há pouco ou nada.

Outro fato que merece aqui a nossa atenção é a difusão, não só na Itália, de um verdadeiro e próprio clericalismo dos não-crentes. Os “ateus devotos”, assim os denomina a imprensa italiana, são aqueles, sempre mais numerosos, que vêm na Igreja o único sólido baluarte da identidade espiritual do Ociden-

te, ameaçado obviamente pelo Islã e pelo comunismo mundial. Paralelamente, sempre mais numerosos são os crentes “escandalizados” pela pregação pública da Igreja católica e por muitas das suas prescrições éticas: família, sexualidade homo e hétero, manipulação genética (prescrições que, apresentando-as como aspectos da “lei natural”, a Igreja impõe aos Estados e, quando possível, aos não-crentes). São sobretudo estes dois fenômenos que considero emblemáticos para o tema que desenvolvo aqui: há uma espécie de adesão “política” à Igreja por parte de muitos não-crentes que a consideram uma defesa contra o fim da civilização ocidental; e há muitos crentes que praticam, afinal, uma religião “pessoal” (Beck), que recorre à tradição cristã, *Novo Testamento* etc, mas que escutam sempre menos o Papa e os Bispos. Há um clericalismo sem religião e uma religião sem Igreja, que, aliás, vê sempre mais na Igreja-instituição um fator de escândalo que ameaça produzir um afastamento da própria fé. Dois fenômenos sobre os quais, repito, vale a pena refletir, mesmo porque caracterizam, para além da história desta ou daquela confissão religiosa, o processo geral de secularização em que estamos imersos.

O que significa tudo isto para a Filosofia da Religião? Não creio que se possa reduzir tudo ao problema específico, de uma só confissão religiosa, a Católica, e de uma só sociedade, a Ocidental. Seja pela preeminência que o Ocidente ainda de fato possui no mundo, seja porque – também como consequência das intensificadas relações com ele, no grande processo de globalização – também outras confissões religiosas vivem uma história de secularização não muito diversa. Mas não quero insistir muito na tentativa de provar que tais problemáticas cristãs-católicas têm uma dimensão geral. Aqui, reflito sobre o fenômeno religioso não em abstrato, mas no âmbito de uma tradição bem definida, a cristã e católica. O que dizemos tem sentido no interior deste espaço, que não vive fora da relação com as outras religiões, que se tornaram mais intensamente presentes por causa da globalização. E em relação à experiência religiosa que fazemos no interior deste espaço cultural – tanto como crentes, quanto como *meio crentes* ou até mesmo como ateus –, poderíamos dizer que o cristianismo está vivendo uma fase de *des-institucionalização*, ou, pelo menos, um momento no qual a verdade da fé pode salvar-se apenas reduzindo drasticamente o peso da autoridade central e, sobretudo, dos dogmas e da disciplina. Depois que os Papas recentes sustentaram que o cristão não deveria usar o preservativo nem mesmo em tempos de Aids, mas também depois de terem usado e excomunhão por razões meramente políticas – tomada de Roma por parte

do Estado Italiano em 1870, excomunhão dos comunistas nos anos cinquenta do século XX, excomunhão dos bispos que ordenaram mulheres sacerdotes –, é impensável que a sua autoridade pública não tenha sido gravemente afetada. É verdade que os católicos foram educados, desde criança, para considerar os escândalos da Igreja como uma prova que a sua fé deve superar, para se tornar autêntica e para se fortificar. Mas, atualmente, mesmo a disponibilidade a submeter-se a tal prova reduziu-se em amplos setores quase a zero. Sobretudo, o que aconteceu com a história dos dogmas foi uma redução progressiva da credibilidade do sentido literal da Escritura. A Igreja católica sempre admitiu que deve haver uma leitura “espiritual” dos textos sacros: nunca impôs arrancar o olho que nos escandaliza etc. Mas sempre reivindicou para si o direito de estabelecer os limites desta leitura não-literal, com base, exatamente, nas páginas do *Novo Testamento*, que ela interpreta em vantagem própria. Como católico, sempre pensei, contra Lutero, que não se pode opor o *Evangelho* à Igreja, porque o *Evangelho* foi escrito pela própria Igreja em suas origens. Mas a indistinção da Igreja em relação ao *Evangelho*, atualmente, não se sustenta mais – também e sobretudo por causa da secularização e do sistema *midiático* vigente na sociedade. Era possível ser tranquilamente um católico ortodoxo na época do absolutismo político; hoje, não mais, visto que o único Estado autoritário entre os europeus é o Vaticano. Tem razão o Papa quando pede aos fiéis que se dediquem mais à pesquisa filosófica. Mas o primeiro resultado de uma dedicação filosófica séria é a dissolução das pretensões da Igreja de representar a verdade da razão, enquanto a própria Igreja seria particularmente iluminada pela Graça divina. Aqui, sistema midiático e desenvolvimento da ciência são decisivos. Os *media* nos tornaram conscientes da *Dogmengeschichte*, uma evolução dos dogmas que implicou na retirada da condenação de Galileu e do repúdio à democracia, bem como nas desculpas dirigidas a Lutero. Além da *Dogmengeschichte*, o outro potente fator de secularização da nossa experiência religiosa é a globalização: o Cristianismo, já há tempos não é mais a única religião do Ocidente. E torna-se cada vez mais inverossímil aceitar que o nosso vizinho de casa, mussulmano praticante e cidadão honesto como nós, esteja destinado à danação por não professar o nosso credo. Mas não é tudo: a ideia de um Deus criador da ordem do mundo físico tornou-se sempre menos crível na sua literalidade – com todos os desenvolvimentos da cosmologia *pós-einsteiniana*. Ora, a crença na letra da Bíblia está na base do poder que as Igrejas querem exercitar: todas as normas que a Igreja católica, por exemplo,

quer fazer valer para os Estados – impondo limites às decisões democráticas dos parlamentos e dos povos – são fundadas na pretensão de que exista uma “lei natural” posta pelo próprio Deus na criação: conseqüentemente, nada de aborto, nada de divórcio, nada de casais homossexuais, nada de manipulação genética e assim por diante.

Até aqui, como se vê, o meu discurso se resume em mostrar que as Igrejas – especialmente a Católica – perdem credibilidade “religiosa” e agem sempre mais apenas como agências de poder social, sobretudo com função conservadora e antidemocrática.

Mas como se dá a possibilidade de uma experiência religiosa sem Igreja? Repito: falo do Cristianismo e, portanto, de uma religiosidade que deseje manter-se fiel ao *Evangelho*. Mas também, em geral, me pergunto sobre a possibilidade de uma experiência religiosa sem a referência a uma instituição, seja ela qual for. Mas, para ficarmos no âmbito do Cristianismo, é possível ser cristão sem a Igreja, vale dizer, sem todo aquele aparato de doutrinas dogmáticas e disciplinares que a Igreja defende como bases necessárias da fé (existência de Deus, criação, leis naturais imutáveis, salvação e danação eternas)?

A minha tese, que aqui me limito a enunciar – mas que me parece pelo menos muito verossímil – é que não só uma religiosidade cristã deste tipo é possível, mas até mesmo que é aquela à qual, hoje, os cristãos são chamados se querem salvar o Cristianismo. A Igreja e o Cristianismo não se salvarão se, como acontece até o momento, opõem resistências sempre mais frágeis à ciência moderna, à democracia política, ao multiculturalismo. Esta luta, como mostra a história, é uma luta fracassada, que a Igreja católica se ilude, inutilmente, de poder vencer, incorporando as novas forças dos povos recentemente convertidos (uma espécie de *terceiromundismo* dogmático-supersticioso). A atual vocação do Cristianismo, que não pode deixar de refletir-se também nas outras religiões, parece-me escrita na passagem da primeira carta de São Paulo aos Coríntios, no famoso hino à caridade. A passagem se conclui com a ideia que a fé e a esperança passarão, e só a caridade permanecerá. Por que não considerar esta ideia como uma profecia histórica, como a afirmação de um momento que está, justamente, se realizando na história da salvação, aqui e para nós? No passado, o Cristianismo se difundiu e consolidou por meio da construção de um edifício dogmático e disciplinar, de um grande espírito missionário, cúmplice, aliás, do imperialismo ocidental. Os povos se submeteram a Cristo na esperança de uma outra vida: nunca, ou quase nunca, tomando o *Evangelho*

como um manual revolucionário (finalidade da Teologia da Libertação!). Hoje, no entanto, quando nem mesmo o Papa sonha em converter o Dalai Lama – e quando até a esperança na salvação apenas no além cede espaço à proposta (de Joaquim de Fiore), de começar a construir o mundo novo desde agora –, talvez a fé e a esperança devam, realmente, abrir um mais amplo espaço à caridade. A experiência religiosa cristã não tem mais nada a ver com a “verdade” (sobre a criação, sobre as leis “naturais”, sobre o próprio Deus – “um Deus que é, que não é” (Bonhoeffer) – e, portanto, com a autoridade de Igrejas, Estados, soberanos. A experiência religiosa, justamente para ser fiel ao *Evangelho*, tem hoje que percorrer a via da solidariedade e da progressiva eliminação do domínio. De resto, foi um grande pensador cristão (conservador), como Jacques Ellul – que vale a pena citar –, que falou de uma “anarquia no Cristianismo”...e a sua palavra é mais do nunca atual.

*Recebido e aprovado em 29/01/2010*